CEAV/PE

CENTRO ESTADUAL DE APOIO ÀS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

OUTUBRO 2014

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo descrever as atividades realizadas pela Equipe Técnica do CEAV/PE - Centro Estadual de Apoio às Vítimas da Violência de Pernambuco, no mês de outubro de 2014.

Diante da ampliação do conceito de vítima, o CEAV recebe a todos aqueles que procuram o serviço, mesmo que não sejam familiares diretos da vítima fatal, pois parte do princípio que o entorno é vitimado por uma ação violenta, agindo preventivamente contra a violência.

A metodologia utilizada é a de acolhimento e encaminhamento que pressupõe a visibilidade das vítimas indiretas, quanto aos seus direitos e seus sentimentos. O que é uma mudança de enfoque com respeito às práticas tradicionais da justiça, onde toda atenção está concentrada no réu, principalmente nos casos de homicídio e latrocínio, ou mesmo nas vítimas diretas.

Um dos aspectos mais importantes deste serviço é o seu caráter preventivo. Ao favorecer alternativas para a vivência do luto violento, reduzindo seus efeitos traumáticos, o atendimento busca contribuir para o rompimento de ciclos e códigos da violência existentes em muitas das famílias e comunidades atendidas, bem como a reestruturação e reorganização dessas famílias.

Atua também sobre o aspecto de reparação de uma violação já sofrida. Na medida em que o Estado falhou em garantir o direito, se responsabiliza em oferecer o serviço e encaminhar os familiares para outras políticas públicas e serviços necessários para cada caso, na perspectiva de possibilitar um diálogo, que abre espaço para a reconciliação em direção da história a serviço da reconstrução moral e política de pessoas e comunidades injustiçadas.

A política de reparação dentro de um contexto de transição é a perspectiva trabalhada pelo CEAV tanto com o atendimento aos anistiados políticos quanto aos familiares de vítimas de CVLI, que tem seus direitos humanos violados. Ao adotar esta

perspectiva o CEAV espera contribuir para um reparo adequado, efetivo do Estado, destinado a promover a justiça, saúde mental e acesso a política de assistência.

Na perspectiva do combate e reparação da violência e promoção da cidadania, a intervenção técnica é realizada no modelo interdisciplinar que busca os possíveis pontos de convergência entre as áreas de conhecimento, possibilitando uma relação de conceitos e métodos entre as ciências. A situação e o contexto de demanda apresentada pelo usuário são refletidos à luz dos saberes do Serviço Social, Psicologia e Direito, produzindo assim a melhor abordagem de ações reintegradoras da vítima possibilitando o acesso dos usuários as redes de serviços especializados. A articulação e encaminhamentos são realizados pela equipe técnica que ao mesmo tempo em que firma parcerias de viabilização às políticas públicas, potencializa a construção de novas políticas públicas, garantindo assim cidadania e o fortalecimento de uma cultura de Direitos Humanos, baseando-se no empoderamento do sujeito de direitos.

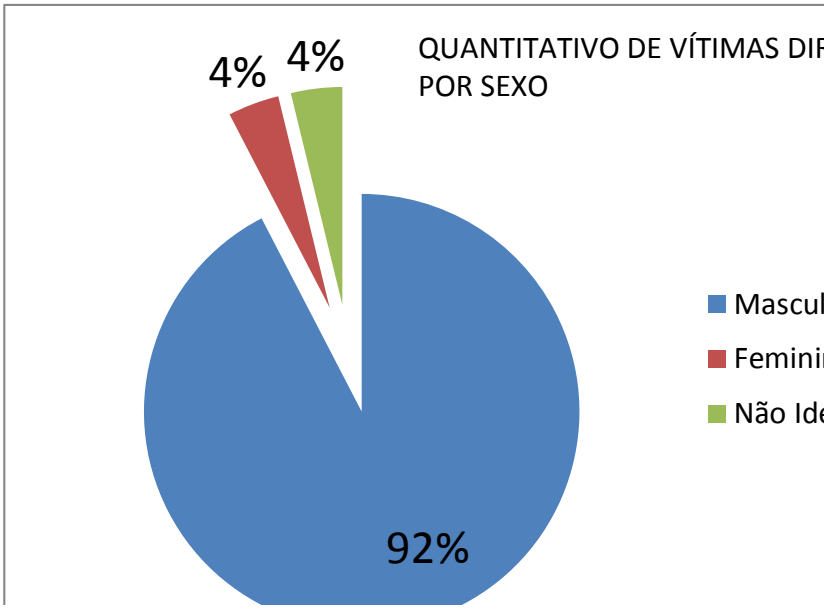
2. ATIVIDADES REALIZADAS:

2.1 - Atendimento, acompanhamentos e visitas as vítimas e familiares.

No que se refere ao quantitativo de atendimentos às vítimas de violência, a equipe técnica do CEAV realizou **03 (três) atendimentos referente a casos de violação de direitos**, sendo 01 (uma) do sexo feminino que atualmente encontra-se desempregada e 02 (duas) do sexo masculino, ambos encontram-se presos. A equipe realizou ainda **05 atendimentos aos familiares de vítimas de CVLI na Região Metropolitana do Recife** (Afogados, Glória do Goitá, Boa Viagem e Paudalho)

Nosso foco prioritário de atendimento são os familiares de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI da Área Integrada de Segurança – 6 (Jaboatão dos Guararapes e Moreno), ou seja, as vítimas indiretas, porém traremos alguns dados das vítimas diretas para contextualizar o público que atendemos. No mês de outubro de

2014 foram assassinadas 26 pessoas, sendo 24 homens, 1 mulher e 1 pessoa sem identificação. Sendo assim distribuídos:



É notório que a maior incidência de CVLI ainda se concentra no universo masculino, cujo principal motivo desses homicídios é o envolvimento com o tráfico de drogas. Na maioria dos casos o fator motivador é a complementação da renda ou até mesmo sua obtenção, face ao alto nível de desemprego na classe em que estas vítimas se inserem.

A partir dessa observação, vê-se a necessidade de ampliação de Políticas Públicas direcionadas à família em sua totalidade, facilitando a inclusão dos seus membros na escola, postos de saúde, espaços profissionalizantes, espaço de atendimento especializado como Centros de Atenção Psicossociais – CAPS, dentre outros.

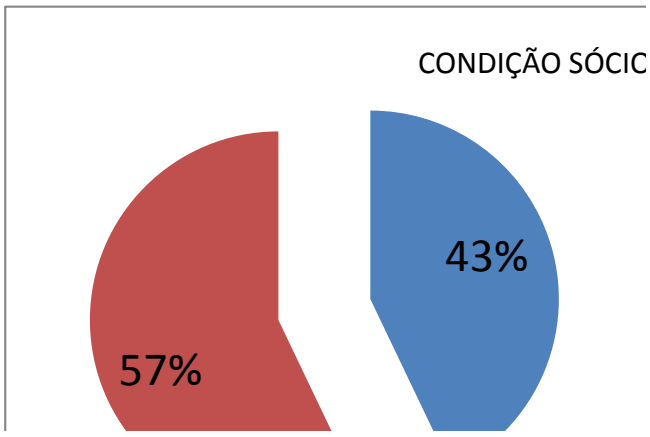
Considerando essa realidade, houve, no mês de outubro de 2014, a equipe técnica do CEAV fez a abordagem de 22 famílias das vítimas diretas de CVLI, porque 04 não constavam os números de telefone na lista disponibilizada pelo IML.

Das 22 abordagens realizadas, fizemos **12 atendimentos aos familiares de vítimas de CVLI da AIS 6**, pois 10 famílias não quiseram o atendimento e/ou acompanhamento do CEAV.

Ressalta-se que dos 12 casos atendidos, todos ocorreram no município de Jaboatão dos Guararapes, sendo apenas 2 vítimas indiretas do sexo masculino (pai, irmão) e 10 do sexo feminino (mães, irmãs, avós e tias).

Das famílias atendidas no mês de outubro de 2014, a maior parte não tem renda fixa mensal e sobrevive com "bicos" e/ou trabalhos informais e 43% tem renda mensal de 1 salário mínimo. Outro dado relevante é que muitas das famílias sem renda mensal fixa participam de algum programa de transferência de renda (o mais citado é o Programa Bolsa Família).

É sabido que a pobreza não é a única causa da criminalidade, apesar da forte associação entre a pobreza e a criminalidade. A criminalidade é um fenômeno que perpassa por toda a sociedade, seus segmentos, classes, faixas etárias, e, principalmente, o grau de integração social do indivíduo. Segue o gráfico:



Assim sendo, a equipe técnica do CEAV realizou os seguintes encaminhamentos para os familiares supracitados: 01 caso encaminhado para rede de ensino; 02 casos encaminhados para saúde, objetivando celeridade na resolução das demandas

apresentadas; 01 caso encaminhado para emissão de nova certidão de óbito; 01 encaminhamento para Defensoria Pública do Estado e 04 casos em que não foram necessários encaminhamentos. Vale ressaltar que uma mesma vítima indireta pode ser encaminhada para mais de uma política.

Importante mencionar que o CEAV realizou no mês de outubro **20 atendimentos**, e que todos esses casos estão sendo acompanhados e monitorados pelo CEAV e, muitas abordagens da equipe são necessárias para que se consiga realizar o atendimento, assim como muitas delas não geram atendimento e/ou acompanhamento por recusa do familiar.

Com relação aos familiares de vítimas de CVLI ao longo do Estado, realizamos os seguintes encaminhamentos para os CREAS Regionais e Municipais, totalizando **242 (duzentos e quarenta e dois) encaminhamento**s, assim distribuídos:

- 25 casos para o Agreste Meridional;
- 14 casos para o Agreste Setentrional;
- 41 casos para o Agreste Central;
- 18 casos para a Mata Norte;
- 22 casos para a Mata Sul;
- 87 casos para a Região Metropolitana, exceto Jaboatão dos Guararapes e Moreno, que compreendem a AIS 6;
- 1 caso para o Sertão Central;
- 2 casos para o Sertão do Moxotó;
- 3 casos para o Sertão de Itaparica;
- 8 casos para o Sertão do Araripe;
- 4 casos para o Sertão do Pajeú;
- 17 casos para o Sertão do São Francisco.

Por fim, cumpre destacar que esses casos são visitados pelas equipes do CREAS correspondente nos municípios onde aconteceram os CVLIs. Assim, o CREAS realiza os

encaminhamentos para as políticas necessárias, e o CEAV faz o monitoramento dos atendimentos e encaminhamentos mensais, através de uma ficha de monitoramento e reuniões nas Semanas de Direitos Humanos.

2.2- Visitas institucionais

Realizada duas visitas institucionais no mês de outubro:

- Visita semanal ao IML para pegar dados e informações dos familiares de vítimas de CVLI;

- Visita Institucional ao Serviço Social do Hospital da Restauração no dia 13/10/2014. A visita teve por objetivo atender ao encaminhamento de um familiar de vítima de CVLI para obter maiores informações com a equipe de Serviço Social sobre a pessoa que acompanhava a vítima quando da sua entrada no Hospital da Restauração, bem com o da retira do corpo quando do seu falecimento, pois a família não sabia quem tinha liberado.

2.3 Participação em Reunião de Rede

Realizada quatro reuniões de rede no mês de outubro:

- Reunião com a coordenação da Faculdade Guararapes, objetivando fazer um Termo de cooperação com a Clínica psicológica escola. Como nosso foco prioritário é a AIS6 (Jaboatão dos Guararapes e Moreno), a faculdade poderia dar esse suporte, pois a rede de saúde mental do município é bastante precária e estamos com dificuldades nos encaminhamentos. Na reunião ficou acordado que a clínica escola só poderia atender a demanda do CEAV a partir do próximo semestre, e em contrapartida nos colocamos a disposição para realizar nosso curso, oficinas, dentre outros momentos de discussão e formação;

- Participação semanal da reunião do Comitê Gestor do Pacto Pela Vida, para monitoramento das Áreas Integradas de Segurança – AIS;

- Reunião com coordenação e agentes do Governo Presente de Afogados. A ideia foi falar sobre nossas ações e de como poderíamos firmar parcerias. O CEAV ficou de participar de algumas reuniões do Governo Presente com a comunidade para discutir temas como violência e direitos humanos;
- Reunião com o gestor da secretaria de Direitos Humanos de Olinda.

2.4 Clínica do Testemunho

- Reunião com a Psicanalista que atende um caso de familiar de um morto e anistiado político, para discussão de caso;
- Cinco atendimentos a um familiar do anistiado político.

2.4.1 Reunião de Formação da Clínica do Testemunho

O Centro Estadual de Apoio as Vítimas de Violência-CEAV, através da coordenação, participou do 2ª segundo encontro das Clínicas do Testemunho conveniadas com a Comissão da Anistia, dias 24 e 25 de outubro de 2014, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

A Clínica surge pela Comissão da Anistia na medida em que quando julgava os pedidos de anistia política, percebia que a reparação moral e econômica, que vinham sendo praticados pelo Ministério da Justiça, não davam conta da dimensão de todo o dano que era causado as vítimas da ditadura. Essa reflexão de expandir o processo de reparação levou a comissão a organizar esse projeto Clínica do testemunho ouvindo especialistas da área da saúde mental, para pensar como esses depoimentos que seriam dados pelas vítimas a Comissão da Anistia afetava essa vítima psicologicamente, como eles mostravam essa dimensão do sofrimento que talvez estivesse oculta e que não era percebida no processo jurídico da reparação.

A ideia é que, através da oitiva da vítima, da devolução da voz, da possibilidade de falar aquilo que por tanto tempo foi calado, a vítima possa não só elaborar seu trauma de forma pública, mas ao mesmo tempo garantir a memória e a verdade sobre

o passado, bem como ajudar a melhorar sua saúde, sua relação consigo mesma e com a história do país.

No encontro das quatro clínicas conveniadas com a Comissão da Anistia e a Clínica de Pernambuco parceira e que trabalha a partir dos mesmos princípios e metodologia, estavam presentes 26 pessoas, entre os componentes da Clínica, representante do governo Argentino, três representantes da Comissão da Anistia e o presidente da Comissão Paulo Abrão.

No primeiro dia as clínicas apresentaram o que foi realizado desde sua implantação, desafios, alcances e dificuldades. Fabiana Rouseaux representante da Argentina trouxe um pouco da experiência do país com relação a política de reparação, mas a discussão que permeou os dois dias de encontroa foi a continuidade da Clínica, uma vez que ele é um projeto piloto que finda em dezembro de 2014.

A preocupação com a continuidade dos projetos se da devido aos compromissos assumidos, sobretudo com os anistiados, anistiandos e familiares que atualmente estão em processo de tratamento (psicoterápico e/o psiquiátrico) pela clínica, e como daria essa interrupção.

Outra discussão que pautou os dois dias de encontro foi de como seria possível dar o salto de um projeto piloto para a construção de uma política pública, e não uma política de governo, sem muitas garantias para quem executa e para quem participa, como o caso dos usuários.

O que acordamos foi que teremos que esperar a transição governamental. Estamos vivendo momento de incertezas políticas, novas composições que serão feitas no novo cenário mesmo com Dilma tendo ganhado as eleições. Segundo Dr. Paulo Abrão esse contexto deixa a Comissão da Anistia amarrado de dar um retorno mais preciso com relação à continuidade ou não das clínicas. O que se espera é que em 2015 abra novo edital de seleção para execução da Clínica do Testemunho, inclusive com ampliação.

Essas preocupações de aditivos e continuidade da clínica não foram compartilhadas por PE, porque aqui já executamos dentro do âmbito de estado, através do CEAV, embora tenhamos o desejo de alçar o mesmo nível das demais clínicas. O novo governo de PE já apontou a ideia de continuidade, e com a construção do Memorial da Verdade, existe a possibilidade de que uma sala seja destinada para a Clínica do Testemunho de PE, o que daria um reforço na estrutura física para atendimentos dos anistiados, anistiandos e familiares.

Outro ponto discutido foi que PE pensa em colocar no novo PPA 2016-2019 orçamento próprio para e execução da clínica do testemunho, o que possibilitará uma equipe própria. Enquanto isso não acontece, a clínica continua sendo executada pelo CEAV e já estamos construindo uma PL em que localiza a clínica dentro do Centro.

O Projeto Clínicas visa trabalhar algumas consequências de mais de 21 anos de restrição e interrupção no direito ao projeto de vida das pessoas vítimas da ditadura: **1**- nem sempre é possível termos como detectar qual é o momento de maior dor, de maior sofrimento, ou seja, do que se projeta no tempo. **2** – A dimensão da transgeracionalidade. Quando a vida é interrompida aquela consequência para dentro da convivência familiar da pessoa e até do tratamento, ela passa de geração em geração. **3** – até que ponto é possível reparar? O que evidentemente não afasta do estado o dever em tentar se redimir, de prestar esse serviço público, essa política pública enquanto uma obrigação porque foi ele mesmo que causou esse prejuízo a essas pessoas.

2.4.2 - Congresso Internacional de Direitos Humanos: Barbárie ou civilização?

A coordenação do CEAV foi convidada pela Comissão da Anistia para participar do congresso Internacional de Direitos Humanos que aconteceu entre os dias 27 e 30 de outubro de 2014 na CESUSC em Florianópolis. A coordenação do CEAV teria que apresentar um painel com as demais clínicas no dia 28.10.

No dia 27.10 tivemos a conferência de abertura com o jurista Baltazar Garzón da Espanha, que fez a defesa intransigente do principio de alteridade. Na sua fala aprofundou o debate sobre preconceito, violência e violação fazendo um paralelo com o momento político das eleições no Brasil. Falou também que o processo de anistia não se deu de forma equânime entre os países na américa latina, mas frisou que para ter a justiça de transição é necessário participação das vítimas e seus familiares. Fez um apanhado do golpe, como ele foi e financiado e por quem, quem estava por trás, quais os interesses na época, e por isso deixou claro mais uma vez, que o golpe foi civil e militar, principalmente os meios de comunicação. Afirmou que se a credibilidade na justiça não existe, não existe qualidade democrática no país. Falou da transição no Brasil e da Lei da anistia que deixa impune a ditadura, e por isso não garante a não repetição.

No dia 28 a coordenação participou da mesa com David Sanchez Rúbio da Espanha, Álvaro Reinaldo de Souza e Cristiane Derani , que trouxeram a discussão do direito alternativo, que surge como uma crítica a ditadura. Um positivismo que criminalizava o direito a expressão, a participação política. Esse direito alternativo teve papel importante, inclusive na nossa constituição federal. Nesse mesmo dia, teve a participação da mesa de Manuel Eugênio Carballido da Venezuela, Edmundo Lima de Arruda e Luiz Fernando Coelho.

No mesmo dia no período da tarde, a coordenação participou da 88ª Caravana da Anistia do Ministério da Justiça, que analisou 5 processos e fez o pedido de desculpas as vítimas e seus familiares. Na oportunidade passaram o curta: 30 anos da Anistia.

As 16h aconteceu o painel das Clínicas do Testemunho: traumas e reparação. Esse painel contou a coordenação de todas as clínicas, representante da Comissão da Anistia e Fabiana Rousseaux da Argentina. Foi discutido sobre o papel da clínica e que ela vem da construção de uma justiça de transição, na construção da democracia a lacuna dos anos de silenciamento que dá lugar a reparação na construção, da

memória, da verdade e da atenção psicológica aos sobreviventes, através da Clínica do Testemunho.

O processo de reparação individual e coletivo da memória está ligado à possibilidade de elaboração das marcas traumáticas da violência de Estado vividas pelos sujeitos. A atenção psicológica é uma das formas possíveis de elaboração, reinscrição e coletivização da experiência traumática pessoal.

A Clínica ocupa-se dos desdobramentos psíquicos e sociais das diversas formas de violência de Estado, inclusive das atuais. Os efeitos devastadores destes crimes incidem tanto no plano coletivo quanto no individual, com ressonâncias para as gerações seguintes. A não elaboração coletiva das diversas formas de violência de Estado podem retornar encarnadas nas novas gerações, travestidas de delinquência e de outras formas de violência. Neste processo de Justiça de Transição em que vivemos, o Projeto Clínicas do Testemunho, além de ser mais um instrumento de garantia do direito à memória, à verdade e de reparação psicológica, também produzirá insumos para elaboração de políticas públicas e para a transformação das instituições em democráticas, para que o horror não se repita.

Os traumas de violência do estado de exceção, ou seja, quando o estado deliberadamente destrói as condições psicológicas e físicas daqueles cidadãos que ele tem o dever de cuidar, exige dele a reparação. É dever hoje na democracia que o estado institua mecanismos de reparação integral: econômica (com indenizações); moral (pedidos de desculpas, sessões de homenagens públicas quando há o reconhecimento das pessoas que nós devemos a liberdade que usufruímos hoje); Coletiva (construção de monumentos, que de forma indeterminada prestigia a todos os que tiveram na resistência democrática) e a psicológica (reparação da ordem da saúde mental).

Falamos da experiência do atendimento as vítimas da ditadura, de que em geral os depoentes falam de sua trajetória política, de militância por um mundo justo e democrático e, em decorrência da ditadura passaram a terem todos os seus direitos

violados de forma cruel como a tortura, desaparecimentos, assassinatos. Relatam momentos em que são colocados em situações limites entre a vida e a morte, com torturas violentas e cruéis para delatar companheiros e companheiras, momentos em que são obrigados a assistirem amigos e companheiros serem torturados, companheiras serem seviciadas por todos em nome de uma confissão e/ou delação. As pessoas que trabalhavam à época a serviço da segurança pública estudavam formas de torturas cruéis, doloridas, mas que possibilitasse a extensão da sobrevida, numa tentativa feroz de conseguir depoimentos sobre os movimentos, integrantes, dentre outras informações. O torturador acua sua vítima à morte e depois a obriga a reviver.

Em geral as pessoas que chegam a Clínica e que vão depor nas audiências públicas da Comissão da Memória e da Verdade, estão muito sofridas, angustiadas, nervosas. Falar, remerorar, reviver a barbárie, as atrocidades da tortura sofrida na época da ditadura pode desencadear uma recordação que é melhor definida como uma revivescência, porque vai para além de recordar fatos e imagens, mas é como se a pessoa estivesse vivendo novamente a tragédia com todo sofrimento que ele causou originalmente.

Ao longo desses anos executando a clínica, percebemos que as vítimas da ditadura foram tiradas da sua condição de cidadã; seu projeto de vida foi interrompido; foram retiradas do convívio com os familiares, amigos, amores, suas identidades foram dilaceradas. A violência sofrida pelas vítimas da ditadura civil militar no Brasil e por suas famílias não foi compartilhada e elaborada pela sociedade como um todo e é como uma "chaga aberta" que está sendo transmitida de geração para geração. É necessário o resgate da memória e da verdade para que esse crime não se repita e para que seja feita a justiça.

A relação torturador-vítima é pura relação de força em detrimento da vítima. Ela é destruidora por si mesma. A delegação da pessoa da vítima é coisificada, já que é julgada unicamente pela sua resistência ou pela sua submissão. A despersonalização é consequência disso. Traduz a amputação da personalidade da vítima, do seu desejo,

em função do desejo e poder absoluto atribuído ao torturador. Por isso, o papel fundamental da clínica de dar voz a quem foi silenciado por tantos anos e tratar os traumas e sequelas deixadas pela ditadura.

A falta de um trabalho na ordem da saúde mental pode resultar em efeitos como: a perda da autoestima, a convicção de uma destituição. A perda do sentimento de identidade afeta os elementos mais valorizados da pessoa: suas convicções que são degradadas, caricaturadas; e a pessoa em si.

Outro ponto discutido foi a dificuldade que a maioria das clínicas tiveram em "conquistar" o público para participar, porque foram muitos anos de silenciamento, medo e desconfiança de um Estado que violou no passado e hoje quer reparar. Foi comum em todas as discussões das clínicas que em conversas públicas surgiam demanda para a clínica a partir de testemunhos de quem participava.

2.5 Realização de cursos de formação sobre Violência e Direitos Humanos: "Repercussão do Crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado".

OBJETIVO: O curso objetiva promover a integração das redes de Assistência Social e de Segurança Pública para o atendimento aos familiares de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, a partir dos princípios dos direitos humanos.

Para garantir este fluxo o CEAV desenvolveu um curso que versará sobre a metodologia de atendimento a estes familiares. Para tanto, ao compreender a necessidade de articulação das políticas públicas para prevenir e reparar situações de violência identifica como público prioritário para esta atividade os profissionais atuantes no âmbito da Segurança Pública e da Assistência Social.

Busca-se, contudo, estabelecer o diálogo entre as duas áreas e qualificar os atendimentos em situações de violência. O objetivo é incidir na formulação de políticas voltadas a esse público, bem como no fortalecimento do trabalho em rede,

promovendo assim a compreensão da violência e a defesa dos Direitos Humanos.

METODOLOGIA: O curso foi dividido em 03 módulos, sendo o primeiro e segundo módulos trabalhados no primeiro dia e o terceiro módulo no dia seguinte. O primeiro módulo apresenta os direitos humanos no Brasil e no mundo numa perspectiva crítico-reflexiva, tendo como base o princípio da dignidade humana partindo do histórico, princípios e características do tema. Neste módulo também é apresentado o Pacto Pela Vida e o Plano Estadual de Segurança Pública no que se refere ao planejamento na área de gestão governamental, tendo como base os princípios de direitos humanos. Trabalha também a articulação das politicas, sendo: direitos humanos, segurança pública e assistência social no Estado e como estas se articulam e dialogam com a politica de reparação.

O segundo módulo trabalha o histórico sobre a violência, com objetivo de contextualizar o fenômeno e destacar aspectos centrais relacionados à desigualdade social, com vista à desconstrução da visão reducionista que relaciona pobreza e violência e impedem um entendimento mais amplo da questão. Ainda neste módulo apresenta-se o conceito de CVLI, os tipos e a discussão do panorama e repercussões de CVLI's estatisticamente contabilizados pela Segurança Pública de Pernambuco referente à Área Integrada de Segurança onde está acontecendo o curso.

O terceiro módulo faz uma introdução sobre o conceito e o histórico da vitimologia como ciência que analisa a vítima de uma forma global, trazendo novas perspectivas e olhares para quem sempre foi relegado a um segundo plano. Trata também da vítima numa perspectiva da valorização desta, seja direta ou indireta dentro da política de reparação e que há mecanismos legais que podem ser utilizados para minorar a vitimização acarretada pelo crime. Este módulo trabalha ainda as formas de atendimento, abordagens, empoderamento e encaminhamentos as vítimas indiretas de CVLI's vistos como sujeitos de direitos.

2.5.1 MUNICÍPIO: Olinda

LOCAL: Secretaria de Educação

DATA DA AÇÃO: 22 e 23 de outubro de 2014

PÚBLICO: Técnicos dos CREAS municipais e Regional; Técnicos do CRAS; Representantes da secretaria da mulher do Recife, da Secretaria de Direitos Humanos do Recife; Conselheiro tutelar e técnicos do Governo Presente das Estações de Santo Amaro e Cajueiro Seco.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 42 participantes dos municípios de Igarassu, Ipojuca, Recife e Jaboatão (Região Metropolitana do Recife).

TEMPO DE DURAÇÃO: 16 horas.

DESCREVA A AÇÃO: o público da RMR é mais crítico o que permitiu as facilitadoras fazer abordagem diferenciada estimulando ainda mais aos participantes a colocarem seu ponto de vista. O módulo I foi trabalhado e discutido com o grupo que participou pouco desse momento. Foi exibido o filme 15 filhos, a fim de ilustrar o debate. No segundo modulo tivemos uma maior participação do grupo e a chegada da equipe da secretaria de direitos humanos do Recife. Neste módulo foi trabalhado o conceito de violência, desigualdade social, relação violência e pobreza. Foi colocada para o grupo a necessidade desse momento teórico e desses módulos mais densos, pois eles têm como objetivo trazer subsídios para balizar o debate e permitir o profissional um momento de estudo. No modulo III iniciamos com o feedback do dia anterior onde os participantes colocaram as impressões referente aos dois módulos. O grupo elogiou a condução e a metodologia e sugeriu que houvesse mais trabalho em grupo. O estudo da vítima e da vitimologia surge como novidade e o atendimento, como sempre, é a parte mais discutida nos grupos através de estudo de casos. Encerramos o curso com a avaliação escrita.

2.5.2 MUNICÍPIO: Santa Cruz do Capibaribe

LOCAL: Secretaria de Educação

DATA DA AÇÃO: 29 e 30 de outubro de 2014

PÚBLICO: Técnicos dos CREAS municipais e Regional; Técnicos do CRAS; Educadores sociais; Polícia Militar de Pernambuco.

NÚMERO DE PARTICIPANTES: 34 participantes dos municípios de Limoeiro, Casinhas, João Alfredo, Toritama, Vertentes, Orobó, Cumaru, Feira Nova, Santa Cruz do Capibaribe (Agreste Setentrional).

TEMPO DE DURAÇÃO: 16 horas.

DESCREVA A AÇÃO: iniciamos o curso com apresentação dos participantes, onde foi solicitado nome, formação, função e localidade. Após a apresentação dos participantes foi apresentado o curso, seus módulos e a metodologia adotada. Já no modulo I o grupo mostrou-se bastante participativo e diverso em opinião. Havendo em alguns momentos a necessidade de intervir com mais vigor, por parte da facilitação, para acalmar os ânimos. Essa postura continuou no modulo II. O conceito de violência foi trabalhado de maneira ampla, sendo iniciado pelo histórico e trazendo o grupo a refletir sobre o contexto e a relação de poder que torna diferenças em desigualdades e segmentos sociais em “minorias” que estão mais vulneráveis a violência. Opiniões diversas, por vezes equivocadas, foram sendo colocadas o que acalorou o debate. O III módulo foi trabalhado de forma mais tranquila, ou seja, sem muitas divergências, mas com debate muito bom e bastante participativo sobre a vítima direta e indireta e os estudos de caso. Para encerrar foi feita a avaliação escrita, onde o curso foi avaliado como muito bom.

2.6 REALIZAÇÃO DE OFICINAS

2.6.1 Oficina com o Comitê Intragovernamental do Governo Presente de Afogados

DATA: 21/10/2014

HORÁRIO: 14 horas

PARTICIPANTES: Equipe técnica do CEAV – Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência (Júlia Santos, Elaine Alves e Vanja Moraes), membros do Governo Presente de Afogados, totalizando 11 participantes.

OBJETIVO: Discutir com a equipe do Governo Presente e outros serviços sócio-assistenciais sobre as intervenções do Estado nas comunidades, em específico a do Sancho que receberá as ações do Programa neste mês de Outubro de 2014.

DESENVOLVIMENTO: A reunião foi iniciada pela coordenadora do Governo Presente de Afogados, Maria José, que fez uma breve explanação sobre as ações do Programa, tais como: Comitê intragovernamental, Fórum Sócio Setorial e Coletivos de Direito. Além de tal explanação, a Sra. Maria José apresentou os serviços e suas intervenções no próximo coletivo de direitos que ocorrerá no dia 29 de Outubro de 2014, no qual o CEAV estará presente.

O Coletivo de Direitos terá como temática Direitos Humanos e ocorrerá na Escola Estadual Aníbal Falcão, 102, no Bairro do Sancho, sendo responsável a coordenadora Maria Aparecida Leão.

A Sra. Maria José ressaltou a importância do Centro de Combate a Homofobia – CECH nas discussões junto ao Governo Presente devido o grande número de demandas de violência relacionada ao público LGBT. A equipe do CEAV repassou a demanda para o coordenador do CECH, Hugo Felipe, que se responsabilizou em entrar em contato com a Sra. Maria José.

Para o Coletivo de Direitos no qual o CEAV estará presente, a equipe ficou de repassar um e-mail para a coordenadora do Governo Presente que estará na organização do

evento solicitando o material necessário para o desenvolvimento da atividade no dia 29 de Outubro, às 14h.

2.6.2 Oficina na Estação do Governo Presente do Sancho

DATA: 29/10/2014

HORÁRIO: 9 h às 12h

PARTICIPANTES: Equipe técnica do CEAV – Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência (Sérgio Vicente Oliveira, Elaine Alves e Bruno Araújo), 11 participantes, membros do Governo Presente de Afogados, alunos da Escola Estadual Aníbal Falcão e membros da comunidade do Sancho.

OBJETIVO: Apresentar junto com a equipe do Governo Presente os diversos trabalhos desenvolvidos pelo Estado de Pernambuco que se encontram à disposição da população, em especial o trabalho do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência – CEAV.

DESENVOLVIMENTO: A apresentação do trabalho desenvolvido pelo CEAV se deu no auditório da Escola Estadual Aníbal Falcão, localizada na Rua Aprígio Guimarães, nº 102, bairro do Sancho. O evento contou com a presença de alunos de diversas séries do ensino médio da escola e membros da comunidade e, apesar de um público pequeno, este foi bastante participativo.

No evento foram abordados temas como violência, direitos humanos, segurança pública, o papel do Estado e a atuação do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência – CEAV neste cenário. O público ouvinte questionou os aspectos conceituais da violência e questões legais, como por exemplo, a denominada “Lei da Palmada” e suas repercussões na família e no poder-dever de educar dos pais, questionando ainda os aspectos culturais que envolvem a educação doméstica.

Os alunos, todos do ensino médio, mostraram-se bastante envolvidos com as temáticas e dispostos a “fazerem a diferença” no seu dia-a-dia como multiplicadores da paz, como foi proposto pela representante do Governo Presente. A apresentação

teve fim com uma roda de debates envolvendo o tema da violência e a distribuição de material explicativo sobre o trabalho desenvolvido pelo Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência – CEAV.

2.7 – Ciclos de Estudos Internos

No mês de outubro realizamos 05 ciclos de estudos internos, durante a semana de 13 a 17.10. Durantes esses dias revimos o material dos cursos ministrados no mês de setembro, e fizemos alguns ajustes para que melhor comportasse a necessidade dos participantes.

Nesse sentindo, foi necessário rever alguns conceitos sobre violência e vitimologia e refazer alguns materiais expositivos, como slides e textos de apoio.

2.8 SEMINÁRIO REGIONAL DE DIREITOS HUMANOS: PERNAMBUCO PELOS DIREITOS HUMANOS.

A Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) tomando como premissa a consolidação da política pública vem priorizando a interiorização de suas ações, no intuito de transformar as relações sociais em torno dos direitos humanos em Pernambuco, elevando os níveis de respeito a esses direitos, difundindo-os junto à população.

O Seminário Regional: Direitos Humanos e Democracia da Região Metropolitana do Recife foi realizado no dia 17 de outubro no auditório do 10º andar do edifício sede da Justiça Federal em Pernambuco. Estiveram presentes representantes de várias instituições estatais e membros da sociedade civil dos seguintes municípios: ***Recife, Paulista, Olinda, Ipojuca, Timbaúba, Jaboatão dos Guararapes, Lagoa do Carro, Igarassu, Abreu e Lima, Nazaré da Mata, Bonito, Vitória de Santo Antão, Palmares, Carpina, Cabo de Santo Agostinho, Bezerros, Jataúba, Camaragibe, Caruaru, São Lourenço da Mata, Goiana, Moreno, Itapissuma e Araçoiaba*** e aproximadamente 550 pessoas presentes no Seminário.

Maria Mediação, a mestra de cerimônia, iniciou o Seminário cantando a música "Pra não dizer que falei das flores" e entregou algumas rosas aos participantes e finalizou com um brado "para que nunca mais aconteça, viva aos heróis e heroínas que deram o seu sangue, a sua vida, para a construção dos Direitos Humanos e da Democracia - Viva Pernambuco!.

Em seguida fez a seguinte leitura "Os Seminários Regionais de Direitos Humanos, representam ao longo dos últimos 4 anos, um dos principais canais de diálogo, entre o Governo de Pernambuco, através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e da sua executiva, a Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, com a rede de promoção e defesa dos Direitos Humanos em cada região do Estado.

É o relatório

_____

Tadzia Assunção Negromonte de Oliveira
Coordenadora do Centro Estadual de Apoio as Vítimas da Violência - CEAV

_____

Manassés Manoel dos Santos
Diretor Presidente

Recife, 12 de novembro de 2014.

ANEXOS:

ANEXO 1: II Encontro das Clínicas do Testemunho conveniadas com a Comissão de Anistia.

ANEXO 2: Congresso Internacional: Barbárie ou Civilização?

50 depois do
GOLPE
Para que não se esqueça.

CONGRESSO
INTERNACIONAL DE
DIREITOS HUMANOS

Painel das Clínicas do Testemunho: Traumas e Reparação

ANEXO 3: realização de cursos de formação sobre Violência e Direitos Humanos: "Repercussão do Crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado".

- **Olinda**

- **Santa Cruz do Capibaribe**

"Educar
não é somente instruir

CEAV
"Educar
não é somente instruir

ANEXO 4: Realização de Oficinas

Comitê intragovernamental do Governo Presente de Afogados

Estação do Governo Presente do Sancho

ANEXO 5: Seminário Regional de Direitos Humanos: Pernambuco pelos Direitos Humanos

SEMANAS DE
DIREITOS HUMANOS
SEMINÁRIO REGIONAL: DIREITOS HUMANOS
E DEMOCRACIA

ANEXO 6: Ata do curso: Repercussão do crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado" na cidade de Olinda.

ANEXO 7: Ata do curso: Repercussão do crime Violento Letal Intencional e a Política de Reparação do Estado" na cidade de Santa Cruz do Capibaribe

ANEXO 8: Ata da oficina no Comitê gestor do Governo Presente em Afogados

ANEXO 9: Ata da oficina na Estação do Governo Presente no Sancho

ANEXO 10: Ata do seminário Regional

ANEXO 11: Formulários de Abordagens e formulários de atendimento e visitas